

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 752

Data: 05.09.88

Pg.: _____

Índio recebe terra (a alto custo)

1468 Áreas asseguradas em todo o país chegam a 46 milhões de hectares

**JOÃO CARLOS
HENRIQUES**
Da Editoria Nacional

Os índios brasileiros já têm demarcados ou em processo de demarcação 46 milhões de hectares de terras. A informação é da Fundação Nacional do Índio (Funai). Embora a área total de terras indígenas ainda não esteja identificada, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, crê que o número chegue a algo em torno de 70 a 80 milhões de hectares.

O processo de regularização das terras indígenas sempre foi problemático no Brasil. Os índios querem a demarcação, mas têm que lutar por ela. As fronteiras agrícolas cada vez mais expulsam os índios de suas terras. Os garimpeiros não param de avançar na selva. Não conhecem obstáculos na busca de metais preciosos e levam sempre para os índios as doenças dos brancos.

A última grande demarcação, talvez a maior, de terras indígenas no País foi anunciada no mês passado. É a área Yanomami, no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima. Segundo a Funai, serão demarcados 8,2 milhões de hectares para os Yanomami.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e seu organismo anexo, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acusam a Funai de estar mentindo. O Cimi denunciou que a Funai vai demarcar 19 áreas descontínuas, "verdadeiras ilhas separadas por duas florestas nacionais, a de

Roraima e a do Amazonas e pelo Parque Nacional do Pico da Neblina, o que representa menos de 30 por cento das terras tradicionalmente ocupadas pelos Yanomami".

Quando a demarcação foi anunciada, o presidente da Funai disse que seriam 19 áreas indígenas, com 2,4 milhões de hectares, Floresta Nacional de Roraima, com 2,6 milhões de hectares, Floresta Nacional do Amazonas, com 1,2 milhão de hectares e Parque Nacional do Pico da Neblina, com 1,8 milhão de hectares.

ACUSAÇÃO

O Cimi defende que toda a área considerada território Yanomami, com cerca de nove milhões de hectares, seja declarada área indígena. "O que foi anunciado pela Funai é um engodo e um desrespeito à opinião pública e uma violência contra os índios", disse o assessor jurídico do Cimi, Júlio Gaiger. Ele assegura que a Funai demarcou somente "19 ilhas, totalizando 2,4 milhões de hectares". As florestas nacionais, segundo Gaiger, não são unidades ambientais de proteção ecológica.

Segundo a alínea B, do artigo 5º, da lei 4.711, de 1965, as Florestas Nacionais têm "fins econômicos, técnicos ou sociais". O secretário do Cimi, Antônio Brand, está convencido que "se a terra for demarcada desse jeito, os Yanomami não vão sobreviver e a responsabilidade pela destruição física e cultural deste grupo será do governo Sarney".

Júlio Gaiger revelou que o Cimi estuda medidas judiciais "que possam sustar esse tipo de demarcação". De acordo com Gaiger, esta é a maneira mais civilizada que a Funai encontrou para acabar de vez com os Yanomami.

CONTESTAÇÃO

O presidente da Funai contesta as acusações do Cimi. "Eles estão mal informados", assegura Romero Jucá. Ele explica que tanto as áreas indígenas, como as Florestas Nacionais, estarão sob a supervisão da Funai.

Questionado pelo **C O R R E I O B R A Z I L I E N S E**, Romero Jucá admitiu que a demarcação não será feita em área contínua. "Não foi em área contínua porque os índios não estão em áreas contínuas", afirmou Jucá, acrescentando que a Funai levou três meses fazendo um levantamento das 120 aldeias Yanomami e até um censo da sua população, que é de 9.610 índios.

Para Jucá, as entidades que criticaram a demarcação dos Yanomami, "em vez de reconhecerem o trabalho da Funai, ficam se apegando a filigranas e detalhes, que não têm nenhuma importância para os índios". Ele lamentou que estejam tentando "denegrir uma ação de mérito internacional do governo Sarney" que, segundo ele, já demarcou 34 milhões de hectares. Lembra que até 1985, só 12 milhões de hectares de áreas indígenas haviam sido demarcadas.